



XXIV DOMINGO DO TEMPO COMUM – A –Parábola dos dois devedores
Mt 18,21-35

Caros irmãos e irmãs

A Liturgia da Palavra deste domingo tem o seu foco no perdão, uma das exigências apresentadas por Jesus para termos acesso ao Reino dos céus. A primeira leitura, retirada do livro do Eclesiástico (cf. Eclo 27,33-28,9), começa dizendo: “O rancor e a raiva são coisas detestáveis” (v. 33), pois geram um tipo de reação que conduz à vingança. E o texto continua: “Perdoa a injustiça cometida por teu próximo; assim, quando orares, teus pecados serão perdoados” (Eclo 28,2). Isto ressalta que as nossas relações com os irmãos devem ser marcadas por sentimentos de perdão e de misericórdia. É dessa forma que o homem construirá a sua felicidade no decorrer da sua vida terrena. O ódio para com as pessoas é ruptura com Deus. O autor conclui sua reflexão aconselhando a pensar nos mandamentos e aprender a ser misericordioso, imitando assim o Senhor que é rico na bondade e na misericórdia.

O texto evangélico sequencia este mesmo tema a partir de uma pergunta feita por Pedro a Jesus: “Senhor, quantas vezes devo perdoar, se meu irmão pecar contra mim? Até sete vezes?” (v. 21). Jesus responde: “Não lhe digo que até sete vezes, mas até setenta vezes sete” (v. 22). Com esta resposta, Jesus ensina que não existe limite para o perdão; só perdoadando o outro é que se pode eliminar a indiferença, o ódio e a vingança, que geraram uma sociedade brutal e ambígua.

Em seguida Jesus conta uma parábola com três momentos sucessivos bem ligados entre si. Na primeira parte (vv. 23-27) aparece a figura de um rei que resolve acertar as contas com seus empregados. Provavelmente, trata-se de impostos recebidos e nunca entregues. Isso nos faz recordar que um dia todos nós teremos de prestar contas a Deus. A parábola apresenta inicialmente um empregado que devia dez mil talentos. O texto não diz quanto os outros empregados estariam devendo. É sinal de que cada pessoa deverá perguntar-se: Quanto deve ser a minha dívida para com Deus? No seu conjunto, a parábola dá a entender que esse devedor poderia ser cada um de nós.

Um talento de ouro pesava cerca de 36 quilos. Ora, o empregado tem uma dívida de dez mil talentos, o que revela ser ele incapaz de saldar a dívida. O texto deixa entender que dez mil talentos é uma soma que dificilmente alguém conseguiria pagar: “Ele não tinha com que pagar” (v. 25). A primeira reação do rei mostra como funciona uma sociedade baseada na justiça dos doutores da Lei e dos fariseus: “O patrão mandou que fosse vendido como escravo, junto com a mulher e os filhos e tudo o que possuía, para que pagasse a dívida” (v. 25). O empregado, diante do fato, suplica ao seu patrão: “Dá-me um prazo e eu te pagarei tudo!” O pedido é feito de joelhos (v. 26). Vem então a reação inesperada do rei, e é justamente aí que descobrimos por trás dele o rosto de Deus: “Diante disso, o patrão teve compaixão, mandou soltar o empregado e perdoou-lhe a dívida” (v. 27). O valor exagerado da dívida, sublinhado no texto, quer colocar em relevo a misericórdia infinita do Senhor.

A segunda parte da parábola (vv. 28-31) põe o empregado, que experimentou a misericórdia do seu senhor, recebendo o perdão de toda a sua dívida, frente a um dos seus companheiros que lhe devia uma quantia de cem denários; ou seja, cem moedas de prata, pouco mais de três salários mínimos. Era uma quantia insignificante para um funcionário do rei. A reação do outro companheiro é descrita com sucintos pormenores: “Ele o agarrou e começou a sufocá-lo, dizendo: ‘Pague o que me deve’” (v. 28). O companheiro que devia cem moedas de prata reage de uma forma semelhante ao seu gesto, como primeiro devedor: “O companheiro, caindo aos seus pés, suplicava: ‘Dá-me um prazo, e eu te pagarei!’” (v. 29). A pretensão deste último devedor não é inconcebível, pois, de fato, ele tem condições de pagar. A reação do empregado é marcada pela impaciência e agressão: “Ele não quis saber disso; saiu e mandou colocá-lo na prisão, até que pagasse o que devia” (v. 30). O fato de ter colocado este último devedor na prisão o impossibilitou de pagar a dívida. E além de não perdoar, impediu que o outro tivesse liberdade.

Finalmente, na terceira parte (vv. 31-34) retornam os personagens da primeira cena. E o patrão mostra-se severo e exigente: “Empregado perverso, eu te perdoei toda a tua dívida, porque tu me suplicaste. Não devias tu também ter compaixão do teu companheiro, como eu tive compaixão de ti?” (vv. 32-33). Podemos notar que só se fala de perdão na relação patrão e servo. Com isso chegamos a esta constatação: o primeiro e talvez único perdão é o que Deus nos concede gratuitamente. O restante é simplesmente misericórdia e gratuidade nas relações entre pessoas perdoadas. Não havendo misericórdia, também não haverá perdão por parte de Deus: “O patrão indignou-se e mandou entregar aquele empregado aos torturadores, até que pagasse toda a sua dívida” (v. 34). Estando este empregado na prisão, sabemos que essa dívida não pode ser paga. A conclusão da parábola mostra o desfecho da cena: “É assim que o meu Pai que está no céu fará com cada um de vós, se cada um não perdoar de coração ao seu irmão”.

A parábola nos exorta a imitar o Senhor que nos perdoa, assim também devemos perdoar a quem nos faz mal. Precisamente, como dizemos na oração do Pai Nosso: “Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido” (Mt 6, 12). As ofensas são os nossos pecados diante de Deus, e, àqueles que nos ofenderam, também nós devemos perdoar. Cada um de nós poderia ser aquele servo da parábola que tem uma dívida enorme para pagar, tão grande que nunca conseguiria satisfazê-la. Também nós, quando nos ajoelhamos aos pés do sacerdote no confessionário, repetimos o mesmo gesto daquele servo. Dizemos: “Senhor, tem paciência comigo!” (v. 26). Deus é sempre paciente e misericordioso conosco. E nós, somos sempre pecadores e muitas vezes recaímos nos mesmos pecados. Todavia, Deus não se cansa de nos oferecer o seu perdão, sempre que pedimos. Ele tem piedade de nós e não cessa jamais de nos amar. Como o patrão da parábola, o perdão de Deus não tem limites.

O problema surge, infelizmente, quando nos encontramos com um irmão que nos fez um pequeno agravo. Esta parábola acentua o drama das nossas relações humanas: quando estamos em dívida com os outros, pretendemos misericórdia; mas, quando são os outros em dívida conosco, invocamos justiça. E todos nós normalmente fazemos assim. Todos! Contudo, esta não deveria ser a reação do discípulo de Cristo, nem pode ser este o estilo de vida dos cristãos. Jesus nos ensina a perdoar, e sem limites: “Não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete” (v. 22). Lembremos

sempre das palavras severas com que termina a parábola: “Assim procederá convosco meu Pai celeste, se cada um de vós não perdoar ao seu irmão do íntimo do coração” (v. 35).

São Paulo nos diz: “Como o Senhor vos perdoou, fazei assim também vós” (Cl 3,13). Jesus não se limitou a mandar-nos perdoar; mas ele mesmo nos deixou o exemplo. Enquanto o pregavam na cruz, rogou a Deus dizendo: “Pai, perdoai-lhes, porque não sabem o que fazem!” (Lc 23,34). É o que distingue a fé cristã de qualquer outra religião: estar sempre aberto ao perdão.

Perdoar significa não guardar rancor para com o irmão que falhou, nem permitir que as falhas derrubem as possibilidades de encontro, de comunhão, de diálogo, de partilha; significa estar sempre disposto a ir ao encontro do outro, a estender a mão, a recomeçar o diálogo, a dar outra oportunidade, deixar o coração aberto para a compreensão, para a misericórdia, para o acolhimento, para o amor. Somente o perdão pode nos salvar da ruína; e esse perdão precisa ser contínuo e total. Peçamos ao Senhor que nos conceda esta graça, de perdoar aqueles que nos ofendem e sermos também instrumentos de misericórdia para com todos. Assim seja.

D. Anselmo Chagas de Paiva, OSB
Mosteiro de São Bento/RJ